



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

TR - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 43.121001.005523/2026-16

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência trata da contratação da empresa M S COMUNICAR LTDA, CNPJ nº 12.067.618.0001-58, para apresentação da Banda Baila Baila, no evento Biergarten Fest 2026, a ser realizado na Rua Coberta em Campo Bom, no dia 11/10/2026, em conformidade com as disposições do art. 74, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	Banda Baila Baila, para apresentação no Biergarten Fest - 2026, de Campo Bom a ser realizado na Rua Coberta no dia 11/10/2026, às 16h 30, com duração de 1h.	Serviço	01	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 7393/2023.

1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como contratação de profissional do setor artístico, uma vez que se trata da prestação de serviços de 1 (uma) apresentação da Banda Baila Baila, devendo ser realizado por fornecedores especializados e consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, conforme disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O prazo de vigência desta contratação é de 90 (noventa dias), contados da data da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

O Município de Campo Bom, por meio da Diretoria-Geral de Cultura, da Secretaria de Educação e Cultura, tem como responsabilidade a organização e execução de diversos eventos de caráter cultural, tanto quanto eventos de iniciativa popular.

A Cultura, como direito fundamental do ser humano expresso no artigo 6º da Constituição Federal, é importante vetor de desenvolvimento humano, social e econômico de nosso município. Os direitos culturais, previstos na Declaração Universal de Direitos Humanos, foram recepcionados pelo Brasil na nossa Carta Magna, de sorte que o Artigo 215 e seguintes, impõem ao Estado o compromisso de garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura, apoiando e incentivando a valorização e a difusão das manifestações culturais na sua diversidade.

A Administração Municipal de Campo Bom, reconhecendo a relevância dos eventos culturais para o desenvolvimento social e a promoção da identidade local, busca assegurar a realização desses eventos com qualidade e eficiência. Nesse sentido, a Secretaria de Educação e Cultura, por meio de sua Diretoria-Geral de Cultura, cumpre as atribuições expressas no Sistema Municipal de Cultura, instituído pela Lei Municipal nº 4.419, de 08 de dezembro de 2015, especialmente aquelas previstas nos incisos III, IV, X e XII do artigo 25 da referida norma.

A Biergarten Fest 2026 em sua segunda edição representa uma ação estratégica inédita e inovadora para o município, marcada pelo fortalecimento das tradições germânicas e pela valorização da cultura trazida pelos imigrantes alemães, que contribuíram de forma decisiva para a formação social, econômica e cultural da cidade e de toda a região do Vale Germânico. A realização desta festa vem ao encontro do objetivo de consolidar Campo Bom como referência regional em eventos culturais, ampliando o calendário oficial do município e reforçando a imagem de uma cidade plural, criativa e acolhedora.

O evento será realizado nos dias 10 e 11 de outubro de 2026, na Rua Coberta, espaço público central, democrático e acessível, garantindo ampla visibilidade e participação comunitária. Sua programação contemplará apresentações artísticas e musicais, danças típicas, oficinas culturais, jogos germânicos, gastronomia tradicional e atrações musicais nacionais, oportunizando experiências de lazer e integração comunitária, além de fomentar o turismo cultural e movimentar a economia local. Do ponto de vista econômico, a Biergarten Fest mobilizará setores estratégicos como produção cervejeira artesanal, gastronomia, artesanato, serviços de infraestrutura e comunicação, gerando emprego e renda para trabalhadores, artistas, prestadores de serviços e pequenos empreendedores locais.

A Biergarten Fest 2026, além de ampliar e diversificar o calendário cultural de Campo Bom, representa um marco para a valorização da cultura germânica e para a consolidação de políticas públicas de cultura voltadas à preservação do patrimônio imaterial e ao desenvolvimento comunitário.

A Banda Baila Baila foi fundada em janeiro de 2000, no município de Dois Irmãos/RS, com o propósito de apresentar música no estilo germânico, especialmente voltada à animação de festas, bailes e eventos culturais. Ao longo de sua trajetória, a banda ampliou seu repertório, incorporando diferentes estilos musicais, consolidando sua atuação em bailes de chopp, Oktoberfests, festas municipais, eventos culturais e celebrações da cultura germânica.

Com mais de duas décadas de trajetória, a Banda Baila Baila possui uma característica singular: sua formação e administração envolvem diferentes gerações da mesma família, sendo atualmente administrada por pai e filho e contando com músicos profissionais de ampla experiência. A banda atua tanto no formato de palco quanto como banda típica itinerante, proporcionando interação com o público e adequando sua apresentação às características de diferentes eventos.

Ao longo de sua carreira, a Banda Baila Baila realizou apresentações em diversos municípios do Rio Grande do Sul, participando de eventos tradicionais como o Kerb São Miguel, em Dois Irmãos; Kerb de Estância Velha; Natal dos Anjos, em Dois Irmãos; Festa da Batata, em Santa Maria do Herval; Kerb de Ivoti; Festa das Rosas, em Sapiranga; Festa do Pinhão, em São Francisco de Paula; Dezembfest, em Nova Hartz; Festa da Cuca, em Rolante; Festa das Azaleias, em Araricá, além de diversas Oktoberfests e outros eventos públicos e privados.

A banda também possui produção fonográfica, com nove CDs gravados, demonstrando a continuidade de sua atuação profissional e sua experiência no segmento musical.

Dentro de sua proposta artística, a Banda Baila Baila desenvolve projetos específicos, entre eles “Baila Baila Show & Alegria”, “Baila Baila Deutsch Musik” e “Baila Baila Clássicos de Natal”, possibilitando diferentes formatos de apresentação de acordo com a natureza e a programação de cada evento.

Dessa forma, considerando a experiência comprovada da Banda Baila Baila, sua trajetória no segmento, as características de seu repertório e a compatibilidade de sua proposta artística com o Biergarten Fest, entende-se que sua contratação atende ao interesse público e aos objetivos culturais e de entretenimento do evento, mediante inexigibilidade de licitação, observados os requisitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

Neste contexto, a programação do evento Biergarten Fest de Campo Bom – 2026, que será realizado nos dias 10 e 11 de outubro de 2026, na Rua coberta, contará com a participação de diferentes artistas, valorizando a identidade cultural regional e brasileira, qualificando a programação cultural do evento. Assim, mostra-se indiscutível a necessidade do processo de contratação deste serviço que faz parte da programação cultural, elemento fundamental para o sucesso e a continuidade de evento.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A descrição da solução como um todo, abrange a necessidade da contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, em conformidade com as disposições do art. 74 da Lei nº 14.133, de 2021.

Sua participação no evento do Biergarten Fest – 2026, contribuirá significativamente para a atmosfera do espetáculo, intensificando a emoção das cenas e proporcionando ao público uma experiência imersiva e memorável.

A contratação busca formalizar a programação cultural do evento Biergarten Fest de Campo Bom – 2026, realizado pela Administração Municipal, atendendo as exigências legais. Diante do exposto, a solução escolhida se demonstra viável.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os serviços serão fornecidos por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada, em conformidade com a legislação vigente e padrões estabelecidos neste Termo de Referência.

O presente caso o objeto se enquadra como comum, a ser contratado mediante processo de contratação direta, através de inexigibilidade de licitação com fulcro no inciso II do art. 74 da Lei nº 14.133, de 2021.

Não haverá exigência da garantia da contratação, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021 em decorrência da prestação mediante demanda do Município, o que não representa risco considerável, assim, quaisquer situações de inexecução contratual serão tratadas a partir das sanções previstas no futuro contrato.

A busca pela cotação do serviço a ser prestado ocorreu mediante a solicitação de orçamento e informações repassadas à empresa.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A data para execução da prestação dos serviços se dará no dia 11/10/2026 no Biergarten Fest – 2026, a ser realizado na Rua Coberta.

Caso não seja possível a prestação de serviço na data estipulada, a empresa ou a contratante deverão comunicar as razões respectivas com pelo menos (2) dias de antecedência, para serem tomadas as providências legais cabíveis.

Os serviços serão executados através do Departamento de Compras e Licitações, que encaminhará a demanda para cotação, devendo o retorno ser encaminhado especificamente ao servidor que solicitou a cotação.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão contrato, o prazo de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o Município e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos, designados por Portaria, nos termos do caput do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no termo, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao seu superior ou gestor do contrato.

O fiscal providenciará, em tempo hábil, antes do término do contrato sob sua responsabilidade, solicitação formal com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao superior imediato ou gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

O responsável pela Secretaria quando comunicado, acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

O superior do fiscal ou gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

Caberá ao fiscal com suporte de seu superior imediato, tomar as providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

Deverá ainda, elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO DE PAGAMENTO

Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo a contratada prestar esclarecimentos formais no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

O recebimento definitivo ocorrerá no dia 11 de outubro de 2026, e após, a contratada poderá emitir a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, para verificação da sua prestação e consequente aceitação mediante termo detalhado.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 5 dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar;
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis; e
- g) Outros documentos exigidos para fins de mediação do pagamento relacionados no contrato.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

O Pagamento será realizado mediante verificação da regularidade fiscal da contratada, caso esteja irregular, havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.

O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme item anterior.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de 0,2% ao mês de juros de mora e correção monetária com base INPC.

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. **FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

A contratação se dará na forma de inexigibilidade de licitação com base no inciso II do art. 74 da Lei nº 14.133, de 2021, considerando que a contratada possui notória especialização no serviço prestado, conforme comprovado por seu histórico artístico.

8.1. Para fins de habilitação no certame a empresa deverá apresentar, no que couber, os seguintes documentos:

8.1.1. Relativos à Habilitação Jurídica:

8.1.1.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.1.1.2 No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.1.1.3 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.1.1.4 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.1.1.5 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.1.2. Documentação Relativa à Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

1 Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...) II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública; (...)

8.1.2.1 comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.1.2.2 Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

8.1.2.2 Certidão negativa (ou positivas com efeitos de negativa), expedidas pela Receita Federal;

8.1.2.3 Certidão negativa (ou positivas com efeitos de negativa), pela Fazenda Pública Estadual;

8.1.2.4 Certidão negativa (ou positivas com efeitos de negativa), Municipal do domicílio ou sede da licitante.

8.1.2.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (conforme Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011).

8.1.3. Documentação Relativa à Regularidade Econômico-Financeira:

8.1.3.1 Certidão negativa de falência expedida pelo Ofício Judicial Distribuidor, da Comarca da sede do licitante, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento.

8.1.4. Qualificação Técnico- Profissional e Técnico-Operacional:

8.1.4.1. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

8.1.4.1.1. Documento que ateste a exclusividade permanente e contínua de representação, no País ou em Estado específico, do profissional do setor artístico a ser contratado;

8.1.4.1.2. Documento que comprove a consagração do profissional pela crítica especializada ou pela opinião pública.

8.1.5. Documentos Complementares

8.1.5.1. Poderão ser exigidos outros documentos complementares.

9. **ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O valor estimado da contratação é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), destinado à apresentação da banda Baila Baila, durante o Biergarten Fest – 2026, previsto para ocorrer no dia 11 de outubro de 2026, na Rua Coberta.

A pesquisa de preços foi realizada por meio de cotação diretamente com o fornecedor, tendo em vista tratar-se de hipótese de inexigibilidade de licitação, em razão da inviabilidade de competição inerente à contratação artística pretendida.

Dessa forma, a contratação de Lucas e Felipe mostra-se adequada para a realização do evento, considerando sua experiência profissional, reconhecimento regional, repertório, capacidade de interação com o público e representatividade no segmento sertanejo.

A escolha busca proporcionar ao público uma apresentação artística de qualidade, fortalecendo a valorização da música e dos artistas com atuação e reconhecimento no Rio Grande do Sul.

Além da proposta apresentada para a presente contratação, foram juntados documentos comprobatórios de valores efetivamente praticados pela contratada em apresentações artísticas de natureza semelhante, conforme segue:

☐ Contrato firmado com a Associação Cultural Teewald, para realização de show musical durante a 26ª Kartoffelfest - Festa da Batata de Santa Maria do Herval/RS, no dia 10 de maio de 2026, no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), conforme Nota Fiscal nº 934/2026, emitida em 04/05/2026;

☐ Show musical em Nova Santa Rita/RS no valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), conforme Nota Fiscal nº 961 emitida em 07/07/2026;

☐ Contratação pelo Sesc - Administração Regional no estado do Rio Grande do Sul, com baile no dia 26/07/2026 no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), conforme Nota Fiscal nº 973 /2026, emitida em 27/07/2026.

Diante das comprovações apresentadas, verifica-se que o valor proposto para a contratação da banda Baila Baila mostra-se compatível com os valores praticados pela contratada em apresentações de natureza semelhante.

Assim, resta devidamente justificado o valor da contratação, uma vez que se encontra compatível com os preços regularmente praticados pela banda em apresentações de mesma natureza e porte, observando-se os princípios da razoabilidade, economicidade e compatibilidade com os preços de mercado, em conformidade com a legislação vigente.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

10.2. 06.005.13.392.0054.2105.3.3.90.39.99.99.00.00

Fabiana Bronca Kellermann
Assessora Setorial de Cultura



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Bronca Kellermann, Assessora Setorial de Cultura**, em 24/09/2026, às 12:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mara Helena Daubermann, Secretária Municipal de Educação e Cultura**, em 24/09/2026, às 15:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://\[servidor_php\]/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://[servidor_php]/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0016263** e o código CRC **38B6492D**.